

# Economia é o maior desafio, 6 meses depois

TRACISIO HOLANDA  
Da Editoria de Política

Nos seis meses de Governo que completou ontem, o presidente Sarney tomou a iniciativa de acelerar o processo de redemocratização do País, através de várias medidas, como a eleição direta em todos os níveis, a liberdade de organização dos partidos, inclusive os até então clandestinos, como o PCB e o PC do B, e a eleição dos prefeitos de capitais, entre outros, mas ainda está procurando definir uma política econômica capaz de reduzir substancialmente e déficit público e uma inflação que retoma tendência altista.

O Presidente procura honrar os compromissos redemocratizantes da Aliança Democrática na área política e institucional. Não apenas prestigiou iniciativas do Congresso nesse sentido, como ele mesmo enviou ao Legislativo emenda convocando a Assembléa Nacional Constituinte.

De tal modo tem sido célere esse processo que, quando da decisão de restabelecer a eleição direta dos prefeitos de capitais, além de municípios de áreas de segurança e estâncias hidrominerais, o senador Amarral Peixoto, insuspeito presidente de um partido de Oposição, o PDS, telefonou para o deputado Ulysses Guimarães a fim de alertar o Governo e seus aliados para os riscos de uma eleição direta nas capitais, quando o País atravessa uma grave crise econômica que só poderá ser combatida eficazmente com medidas heróicas e a distribuição de amargos sacrifícios.

O grande calcanhar de Aquiles do Governo e, particularmente, de Sarney, é o quadro de problemas sociais gerados pela inflação e a depressão econômica — os baixos salários, a corrosão do poder aquisitivo, o desemprego.

Os seis meses de Governo Sarney foram extremamente criativos. O Presidente fixou um salário mínimo pela primeira vez acima do INPC. Desenvolveu o Projeto Nordeste, pelo qual serão aplicados 12 bilhões de dólares na região em 15 anos e estabeleceu um programa de reforma agrária ainda não claramente definido e que provoca reações dos setores conservadores, inclusive entre seus próprios aliados.

Chaflando o primeiro governo civil no Brasil em 21 anos, Sarney ainda enfrenta os problemas gerados por uma maioria parlamentar inquietada e instável. A tal ponto que o Governo sempre reluta quando tem de enviar alguma proposição polêmica ao Congresso, onde sabe que não pode contar com uma base parlamentar grande (mais de 300 deputados), mas ainda não convencida de que tem de assumir o ônus de apolar o Governo.

## DOR DE CABEÇA

A área social é a grande dor de cabeça de Sarney. Até o fim do ano, ele sabe que terá de conviver com a inquietação e com os problemas políticos e institucionais que esta área costuma provocar, principalmente em um País que ainda sofre as sequelas provocadas pelo longo império do regime militar.

Existem na Justiça do Trabalho 530 dissídios coletivos, o primeiro dos quais numa área extremamente delicada, como a dos metalúrgicos, cujo contrato coletivo tem como data-base de vencimento o dia 1º de novembro.

Simultaneamente, há dissídios coletivos e possibilidades de greves dos petroleiros, eletricitários e portuários, três categorias dos chamados serviços essenciais, proibidos de greve por um decreto-lei do ex-presidente Ernesto Geisel.

O decreto restritivo é uma peça pronta a acabada dos tempos da ditadura militar. Até agora, o Governo preferiu usar o competente ministro do Trabalho, Almir Pazzioanotto, na tarefa do diálogo e da negociação, ao invés de invocar instrumentos do arbítrio que podem levá-lo aos caminhos perigosos do retrocesso.

Os próximos seis meses serão uma prova de fogo para o presidente Sarney e servirão para que o País saiba se o seu Governo pode ou não ser seduzido pelas soluções de força próprias do arbítrio. Não é preciso lembrar que, apesar dos ventos liberalizantes da redemocratização, o País convive com um processo de convocação de Constituinte e com um arsenal constitucional que guarda todos os instrumentos largamente utilizados pelos generais na fase do autoritarismo.

Nesses seis meses, Sarney só substituiu dois Ministros — José Aparecido na Cultura (que foi para o GDF), por Aluísio Pimenta, e Francisco Dornelles na Fazenda, pelo empresário Dilson Funaro, cuja linha de orientação é francamente do agrado dos chamados economistas do PMDB.

Mas, ao retirar Dornelles, o Governo e o PMDB perderam o bode expiatório preferido para todos os erros e males da situação econômica e social do País.